

# PENSANDO UM MUNDO “OCIDENTALIZADO”<sup>1</sup>

*Fagner dos Santos CARVALHO*<sup>2</sup>

## RESUMO

Abordar o tema da “Ocidentalização” do mundo requer não somente nos atermos à maneira pela qual esse conceito se construiu ao longo da história, mas também aos processos pelos quais ele adentrou em tão diversas partes do mundo. O conceito de “Ocidente” tem como base a Europa e como propulsor de sua expansão o capitalismo. Será o capitalismo a força matriz que levou a criação de um mundo ao qual grande parte dos povos se submeteu aos abusos e vontades dos colonizadores, portadores da ciência, das verdades e das certezas. Dessa forma, refletir sobre a “Ocidentalização” é nos depararmos com as marcas, nem sempre boas, que esse processo nos deixou, como latinos americanos e, também, nos continentes nos quais exerceu sua “influência”, a Ásia e a África. Tal reflexão nos permite analisar perspectivas e saídas para os países desses continentes.

**Palavras-chave:** ocidentalização; capitalismo; conceito.

## Introdução

Pensar em Ocidente nos remete, não raras vezes, a uma sensação de nostalgia perdida das grandes conquistas, de uma Europa como representação de valores, de ideais e idéias apaixonantes, dos reis e das nobrezas poderosas e suntuosas. Aprendemos a admirar essa cultura, sua proeminência intelectual, seu modo de viver e sua capacidade tecnológica.

Essa postura de sempre vislumbrar o melhor no outro lado do Atlântico (e também na região norte das Américas), nos faz pensar quais fatores levaram a construção dessa imagem de um Ocidente que a “todos” abarca e que traz a esperança de um progresso imanente, rumo ao qual as nacionalidades subdesenvolvidas navegam em seu desenrolar histórico.

Refletir sobre o contexto atual de estruturação das sociedades latino americanas, africanas e asiáticas, localidades nas quais a ocidentalização foi/é marca

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado para avaliação na disciplina Colonização e Descolonização ministrado pela professora. Dra. Rosângela de Lima Vieira.

<sup>2</sup> Discente do 3º ano do curso de Relações Internacionais da UNESP – Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Filosofia e Ciências – 17525-900 – Marília – SP e do 5º ano do curso de Direito do UNIVEM – Centro Universitário Eurípides de Marília – 17525-901-Marília – SP. E-mail: [losmafami@uol.com.br](mailto:losmafami@uol.com.br)

visível, é nos voltarmos para o passado, visando compreender como esse processo ocorreu, alguns de seus aspectos e qual seria uma perspectiva para essas regiões.

Nesse caminho utilizaremos autores como Eric Hobsbawm, Serge Latouche, dentre outros, como referência de pensadores que se debruçaram sobre o Ocidente suas relações com o restante do mundo.

Iniciaremos nosso trabalho abordando a força que o capitalismo exerceu ao longo de mais de quinhentos anos de expansão, passando a analisar como as regiões que sofreram sua influência a ele se “adequaram”, para em seguida verificarmos alguns exemplos de emancipação e concluirmos com uma perspectiva para os países libertos do jugo de dominação.

### **O papel do capitalismo**

Como nos aponta Darcy Ribeiro (2007, p. 28), grande parte das transformações pelas quais as sociedades passaram e passam decorre das revoluções tecnológicas que, uma vez iniciadas, trazem consigo diferentes mudanças, influenciando os cenários nos quais se desenvolve e pelos quais passa:

Este processo se desdobra em várias etapas correspondentes ao desencadeamento de sucessivas revoluções tecnológicas (agrícola, urbana, do regadio, metalúrgica, pastoril, mercantil, industrial e termonuclear) e de movimentos correlatos de reordenação das sociedades humanas em distintas formações (tribos, etnias nacionais, civilizações regionais, civilizações mundiais). Cada sociedade é uma resultante desses processos civilizatórios que nela se imprimiram diferencialmente por força de sua capacidade reordenadora e do modo pelo qual eles a atingiram.

Com o ocidente e sua difusão não é diferente, nesse sentido, o capitalismo em sua forma mercantil e posteriormente industrial são mudanças tecnológicas que influenciarão o processo de expansão da Europa pelo mundo, o que se convencionou a chamar de ocidentalização, apesar de que esse fenômeno, atualmente, não ser identificado com uma área certa, como nos apresenta Latouche (1994, p. 13):

O Ocidente não é mais a Europa, nem geográfica, nem histórica; também não é mais um conjunto de crenças partilhadas por um grupo humano que perambula pelo planeta; nós nos propomos a lê-lo como uma *máquina*

impessoal, sem alma e, de ora em diante, sem mestre, que colocou a humanidade a seu serviço.

O fenômeno de expansão dos valores, práticas, costumes, instituições, modos de vida e pensar europeus, dentre outros, pelo mundo e que chamamos de ocidentalização tem início nos séculos XV e XVI, com a expansão territorial empreendida pelos países da Península Ibérica, impulsionados pela nova forma de acumulação de riquezas, advinda das descobertas dos navegantes, o capital mercantil.

Esse processo se desenrola através da fixação de rotas comerciais, juntamente com uma ênfase política nas conquistas territoriais e o estabelecimento de controle absoluto de vastas áreas pelas potências hegemônicas.

Falcon (2006, p. 31), assim nos detalha o cenário:

O capital comercial expandiu-se com rapidez em função das novas e crescentes oportunidades geradas pelas rotas mercantis transoceânicas e pela conquista e exploração das terras do Novo Mundo, a começar pelo desenvolvimento do comércio de escravos africanos. Na Europa, um capital financeiro incipiente movimenta as primeiras “bolsas” (Antuérpia, Londres, Lyon), favorece práticas especulativas, propicia o desenvolvimento dos seguros marítimos e ao mesmo tempo faz emergir uma verdadeira “mania de apostas”. Mais importante, no entanto, são as conexões cada vez mais amplas entre comerciantes-banqueiros e príncipes [...].

Nesse empreendimento apenas Ibérico, à princípio, três conjuntos da sociedade tiveram papel decisivo na expansão européia pelo mundo. Os missionários católicos, que além de levar as idéias pelo mundo ajudaram na fixação do território; as forças armadas, garantindo a proteção dos interesses coloniais e os comerciantes, que vislumbravam grandes oportunidades nas novas áreas.

A esse conjunto de atores sociais Latouche (1994, p. 18) denomina de três “M”:

Os três “M” do imperialismo triunfaram: *Militares*, *Mercadores*, *Missionários*. As companhias de mercenários garantem a conquista dos territórios e dos homens, as Companhias das Índias garantem a conquista dos mercados, e a Companhia de Jesus garante a conquista espiritual.

Diante dessa conjuntura social temos que o capitalismo comercial foi a grande força impulsionadora da expansão européia pelo mundo. Junto com ele vieram os valores,

as idéias e as instituições que auxiliaram sobremaneira na dominação e expansão de valores ocidentais pelo globo. Esse primeiro ciclo de expansão, porém, teve fim. Portugal e Espanha perderiam sua supremacia e um novo ciclo tecnológico, a Revolução Industrial, criaria novas potências e renovaria o processo de dominação européia pelo mundo.

Falcon (2006, p. 35-36), nos aponta as causas do declínio Ibérico, nos seguintes termos:

[...] em troca do monopólio, a Coroa arcava com as despesas do transporte das especiarias das Índias para Lisboa; já a transferência das mercadorias de Lisboa para Antuérpia, bem mais simples (e seus lucros), ficava com os flamengos, seus redistribuidores na Europa setentrional e centro-ocidental.

[...] as guerras e o luxo consumiam quase tudo, produzindo sucessivos e crescentes déficits – do tesouro e do consumo –, que conduziram à tomada de empréstimo com banqueiros alemães – como os Fuggers, de Augsburg –, genoveses e flamengos. Assim, alta dos preços, entrada de mercadorias importadas e bancarrota do Estado, arruinaram a burguesia mercantil e os empresários das manufaturas [...].

Além desses fatores, podemos incluir toda a estrutura criada nas colônias, extremamente custosa para as metrópoles Ibéricas, gerando amplo endividamento espanhol e português.

Ao processo de declínio de Portugal e Espanha, outros países começam a se estruturar como potências mundiais. Se o capitalismo mercantil já havia efetuado seu papel, a Revolução Industrial será o grande marco dessa segunda fase de expansão européia; o capitalismo industrial será a marca dos séculos XVIII e seguintes.

Junto à Revolução Industrial devemos somar as Revoluções Liberais iniciadas na França e que atrelaram o capitalismo à idéia dos Estados-nações, como nos é apontado por Falcon (2006, p. 46): “A expansão capitalista no século XIX é inseparável das determinações resultantes do fato de se tratar de um processo vinculado estreitamente à existência de uma constelação ou sistema de *Estados-nações*”.

Apesar de mudar de mãos, esse novo ciclo de colonização se utiliza dos mesmos mecanismos empregados até então, os missionários, os militares e os “mercadores”, podendo ser incluídos, também, os exploradores que realizarão expedições terrestres pela África, Ásia e América do Sul, impulsionados pelo espírito científico daquela época.

É interessante notarmos que a Grã Bretanha, grande potência colonizadora do período passa a adotar, a partir da segunda metade de 1800, a bandeira do “anticolonialismo”, bandeira essa que, todavia, não impedirá a esse país a manutenção de seus domínios nos séculos seguintes, por outras formas.

Podemos analisar o anticolonialismo britânico da seguinte forma:

O “anticolonialismo” britânico resultou da combinação de argumentos teórico-práticos com preocupações éticas.

A liberdade de comércio entre povos e nações – o chamado “livre-câmbio” – constituía então a principal bandeira do anticolonialismo. Só a livre circulação de mercadorias e capitais traria reais benefícios a todos os envolvidos, vendedores e compradores, fazendo prevalecer, no mercado internacional, a racionalidade da “divisão internacional do trabalho”. (FALCON, 2006, p. 54).

Apesar da defesa anticolonialista ter sido levantada já no século XIX, o fenômeno da colonização com base no sistema capitalista industrial persistirá até o século XX, mas antes de adentrarmos nos fatores que contribuíram para o declínio dessa estrutura social e dos processos emancipatórios, precisamos vislumbrar como agiu a colonização sobre os dominados.

## **Os colonizados**

Nesse ponto utilizaremos as análises expostas por Darcy Ribeiro. Para o autor, os processos civilizatórios podem ser divididos em dois enfoques.

O primeiro, denominado de *aceleração evolutiva*, está presente nas “[...] sociedades que, dominando autonomamente a nova tecnologia, progridem socialmente, preservando seu perfil étnico-cultural e, por vezes, o expandindo sobre outros povos [...]” (2007, p. 32). Estão presentes nesse grupo, as metrópoles colonizadoras tanto do período do capital mercantil, quanto da Revolução Industrial.

Já o segundo, conhecido como *atualização histórica*, é encontrado basicamente nos povos que “[...] sofrendo o impacto de sociedades mais desenvolvidas tecnologicamente, são por elas subjulgados, perdendo sua autonomia e correndo o risco de ver traumatizada sua cultura e descaracterizado seu perfil étnico” (2007, p.32). Nesse

segundo padrão estão os países que sofreram em seu território a dominação colonizadora, provocando inúmeras modificações em sua estrutura social.

O processo de *atualização histórica*, que nos interessa no momento, pelo qual basicamente grande parte dos países explorados passou, pode ser vislumbrado em três fases ou etapas, sendo caracterizadas por Darcy Ribeiro (2007, p. 33), como abaixo segue:

A atualização histórica opera por meio da dominação e do avassalamento de povos estranhos, seguida da ordenação econômico-social dos núcleos em que se aglutinam os contingentes dominados para o efeito de instalar novas formas de produção ou explorar antigas atividades produtivas. Esta ordenação tem como objetivo fundamental vincular os novos núcleos à sociedade em expansão, como parcela do seu sistema produtivo e como objeto de difusão intencional de sua tradição cultural, por meio da atuação de agentes de dominação.

Na primeira etapa desse processo, prevaleceram a dizimação proposital de parcelas da população agredida e a deculturação dos contingentes avassalados. Na segunda etapa, tem lugar certa criatividade cultural que permite plasmar, com elementos tomados da cultura dominadora e da subjugada, um corpo de compreensões comuns, indispensáveis para o convívio e orientar o trabalho. Numa terceira etapa, estas células passam a atuar aculturativamente sobre seu contexto humano de pessoas desgarradas de suas sociedades originais, atingindo tanto os indivíduos da população nativa quanto os contingentes trasladados como escravos e, ainda, os próprios agentes da dominação e descendentes de todos eles.

Dessa forma os europeus em sua expansão acabaram por desprezar as culturas locais e suas estruturas, utilizando das armas que dispunham – pólvora, cruz e doenças – para “acomodar” diferentes culturas a um mesmo sistema econômico, que trazia consigo um padrão de sociedade pré-estabelecido e uniforme, ao qual os nativos ou os trasladados (como os negros escravos, que foram levados de um lugar para outro), tiveram que aderir para sobreviver.

Somente a conscientização desses povos dominados, juntamente à diversos fatores conjunturais favoreceriam os processos de emancipação de diversas colônias no século XX, como vislumbraremos a seguir.

### **Conjunturas favoráveis à emancipação no século XX**

Apesar de como diz Hobsbawn (p. 199), ser a dinâmica presente no século XX derivada e não original, uma vez que consistiu essencialmente:

[...] das tentativas das elites das sociedades não burguesas de imitar o modelo em que o Ocidente foi pioneiro, visto como o de sociedades que geram progresso, e a forma de poder e cultura da riqueza, com o “desenvolvimento” tecno-científico, numa variante capitalista ou socialista.

Será nesse século que conjunturas favorecerão os processos emancipatórios pelos quais as colônias conseguirão sua liberdade, mesmo que às vezes apenas formalmente.

Latouche (1994, p. 24)) elenca quatro questões consideradas essenciais para compreender o processo ocorrido no século XX:

A primeira não é outra senão a crise ideológica e dos valores ocidentais. A sociedade moderna, que encontrara seu equilíbrio e sua forma clássica na figura da sociedade burguesa, vê seus valores violentamente contestados, em particular, com a ascensão do socialismo.

Assim, serão os valores capitalistas colocados em xeque não somente teoricamente, mas também na prática no pós 1917, com a Revolução Russa, demonstrando as contradições do modelo capitalista então vigente e propondo uma nova forma de reorganização da sociedade aparentemente muito mais justa do que a existente e aplicada até então.

O segundo fenômeno é constituído pela Primeira Guerra Mundial que simultaneamente traz uma ruptura no funcionamento do sistema e manifesta com estardalhaço os limites da missão civilizatória do Ocidente. No plano econômico, grandes zonas da “Periferia” são deixadas a seus próprios cuidados (p.24).

Nesse instante, os povos dominados começam a utilizar dos próprios valores ocidentais, como soberania nacional, autodeterminação dos povos e de seus instrumentos, como a imprensa e os demais meios de comunicação, para difundir idéias independentistas. Será nesse momento, também, que os Estados Unidos assumem o vácuo deixado pelas potências européias agora decadentes em virtude da guerra.

O fracasso do modelo econômico liberal no próprio Ocidente constitui o terceiro fenômeno marcante. Nos anos trinta, por ocasião da grande crise, os países do “Centro” ocidental abandonam o livre comércio e chegam mesmo a renunciar, em nível interno, às virtudes da concorrência (LATOUCHE, 1994, p. 24).

É renegada, assim, a bandeira liberal até então defendida como necessária e básica para que o progresso fosse alcançado e mantido. Por fim, a última condicionante dos processos de libertação, apontada por Latouche (1994, p. 26) é a Segunda Guerra Mundial, melhor explicada por Hobsbawm (p. 214):

Embora tivesse sido mais que isso, foi também uma guerra interimperialista, e até 1943 os grandes impérios coloniais estavam do lado perdedor.

O que prejudicou fatalmente os velhos colonialistas foi a prova de que os brancos e seus Estados podiam ser derrotados, total e vergonhosamente, e que as velhas potências coloniais encontravam-se fracas demais, mesmo após uma guerra vitoriosa, para restaurar suas antigas posições.

Serão esses os fatores sociais gerais que favorecerão os processos pelos quais as colônias formularão suas propostas de emancipação, sendo diversas em cada lugar, dependendo da maneira como foi perpetuada a colonização e as vantagens que a elite dirigente enxergava em manter ou não a relação de dominação com a metrópole.

### **Alguns processos de emancipação**

No caso da África, local em que as metrópoles colonizadoras estavam “[...] interessadas não mais apenas nos entrepostos costeiros, mas na ocupação efetiva e exploração da totalidade dos espaços tidos como ‘disponíveis’ pela colonização” (FACON, 2006, p.59), nos dizeres de Hobsbawm (p. 213), uma onda de greves em decorrência da Grande Depressão, nos anos de 1935-40, varreu todo o território, apesar de que, em um primeiro momento, não ser possível considerar tais movimentos como anticoloniais.

Porém, já é possível vislumbrar o surgimento de líderes nacionalistas nos anos 30, inspirados, dentre outras causas, pelos movimentos negros presentes nas grandes nações

ricas, apesar de não serem, à princípio, motivo de preocupação para as potências colonizadoras (HOBSBAWM, p. 213).

A grande reviravolta se deu na Segunda Guerra Mundial, demonstrando a fraqueza das antigas potências econômicas e colonizadoras, juntamente com um contexto de Guerra Fria em que as posturas adotadas pelos Estados Unidos e pela União Soviética favoreceram os movimentos de separação. Nesse bojo, são exemplos de independência:

Na África britânica, a Costa do Ouro (hoje Gana), que já tinha um partido de massa dirigido por um talentoso político intelectual pan-africano, Kwame Nkrumah, recebeu independência em 1957. Na África francesa, a Guiné foi arremessada numa precoce e empobrecida independência em 1958... Quase todas as demais colônias britânicas, francesas e belgas foram liberadas em 1960-2, e o restante pouco depois. Só Portugal e os Estados de colonos brancos independentes resistiram à tendência (HOBSBAWM, p. 219).

A Ásia foi o primeiro continente a apresentar os primeiros sinais de ruptura e a primeira região que efetivamente conseguiu sua libertação mais rapidamente. Assim nos esclarece o Hobsbawm (p. 214-215):

Não surpreendentemente, os velhos sistemas coloniais ruíram primeiro na Ásia. A Síria e o Líbano (antes franceses) se tornaram independentes em 1945; a Índia e o Paquistão em 1947; Birmânia, Ceilão (Sri Lanka), Palestina (Israel) e as Índias Orientais holandesas (Indonésia) em 1948. Só em partes do Sudeste Asiático essa descolonização política sofreu séria resistência, notadamente na Indochina francesa (atuais Vietnã, Camboja e Laos), onde a resistência comunista declara independência após a libertação, sob a liderança do nobre Ho Chi Minh. Os franceses, apoiados pelos britânicos e depois pelos EUA, realizaram uma desesperada ação para reconquistar e manter o país contra a revolução vitoriosa. Foram derrotados e obrigados a se retirar em 1954, mas os EUA impediram a unificação do país e mantiveram um regime satélite na parte Sul do Vietnã dividido [...] os EUA travaram dez anos de uma grande guerra, até serem por fim derrotados e obrigados a retirar-se em 1975.

Esses são apenas alguns exemplos de como ocorreu o processo de emancipação de diversos países que outrora eram tidos como colônias das metrópoles européias. Esses casos demonstram que cada parte dominada encontrou uma forma diferente de se libertar, sendo influenciada tanto por questões internas, como no caso de colônias de maioria branca, quanto externas, como a Segunda Guerra Mundial e mesmo a Guerra Fria.

Apesar dessa libertação, o processo de dominação (e ocidentalização) operou de maneira tão forte que não raras vezes as metrópoles colonizadoras apenas deixaram de exercer seu poder formal, passando a trabalhar nos bastidores do espetáculo, mantendo grande influência, sem recorrer aos velhos meios.

À independência formal se seguiram décadas de domínio imperialista francês e inglês pelo mecanismo habitual das concessões de empréstimos, construção de ferrovias, portos e serviços telegráficos, que se haviam revelado mais eficazes, como forma de controle monopolístico e de exploração, do que o próprio estatuto colonial (RIBEIRO, 2007, p.131).

A cultura ocidental já impregnara essas áreas e as grandes desigualdades são apenas mais um dos elementos auxiliares de uma postura de dominação “às escuras” das ex-metrópoles.

O que ocorreu é que, como nos diz Latouche (1994, p. 29):

Integrando as diversas partes do mundo ao mercado mundial, o Ocidente fez mais do que modificar seus modos de produção; ele destruiu o sentido do sistema social ao qual aqueles modos estavam fortemente ligados. De agora em diante, as novas estruturas se reproduzirão ‘espontaneamente’ pela força exclusiva da inércia e dos mecanismos do mercado, encerrando os atores num destino praticamente inquebrantável.

Diante dessa situação nos resta pensar uma saída (se é que existe) para os países que, uma vez dominados e libertos, acabaram por incorporar valores e crenças que lhes eram estranhas, tolhendo as originalidades locais e restringindo seu próprio caminho para o desenvolvimento, mantendo uma situação de desigualdades e não raras vezes de domínio revestido agora de capital “internacional”.

### **Considerações Finais: A ocidentalização e o século XXI**

Como nos aponta Latouche (1994, p. 14):

Sob o rolo compressor da ocidentalização, tudo parece já ter sido destruído, nivelado, esmagado; e no entanto, *ao mesmo tempo*, os recifes freqüentemente estão apenas submersos, resistindo às vezes, e prontos para ressurgir à superfície.

Dessa forma, os países que passaram pelo processo de ocidentalização, independentemente do momento em que obtiveram sua libertação, começam a descobrir a si próprios e a se enxergarem pelos próprios valores.

Como diz Darcy Ribeiro (2007, p. 68):

Sucedendo a muitas civilizações, esmagando as promessas de outras tantas, a Europa operou como um redutor, abrindo caminhos com a negação final de si própria, para a criação dessa nova civilização humana de base ecumênica [*devido à miscigenação de povos – grifo nosso*]. A ascensão dos povos asiáticos, dos africanos e dos latino-americanos para a condução autônoma de seu destino já se opera [...].

Nesse sentido, pensamentos autônomos de condução do próprio futuro começam a ser freqüentes em diversos locais, vide as posturas econômicas da China, a ascensão ao poder de Evo Morales na Bolívia e mesmo os “devaneios” de Hugo Chaves na Venezuela. Todas são posturas, econômicas ou políticas, que visam buscar uma via diferente ao que até então os países “influentes” estabeleciam como único caminho para o progresso, caminho que não poucas vezes esses mesmos países deixaram de seguir em seu desenvolvimento, como nos mostra Chang:

Atualmente, os países em desenvolvimento estão sofrendo uma enorme pressão, por parte das nações desenvolvidas e das políticas internacionais de desenvolvimento controladas pelo *establishment*, para adotar uma série de “boas práticas” e “boas instituições” destinadas a promover o desenvolvimento econômico (2004, p.11).

Será, no entanto, verdade que as políticas e instituições tão recomendadas aos países em desenvolvimento foram adotadas pelos desenvolvidos quando se achavam em processo de desenvolvimento?

A resposta mais sucinta é que eles não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e as instituições que agora recomendam às nações em desenvolvimento. Muitos recorreram ativamente a políticas comerciais e industriais “ruins”, como a de proteção à indústria nascente e a de subsídios à exportação [...]. Antes de se tornarem completamente desenvolvidos [...], eles possuíam pouquíssimas dessas instituições agora consideradas tão essenciais aos países em desenvolvimento, inclusive as mais “básicas” como os bancos centrais e a responsabilidade limitada (2004, p. 13-14).

A atitude de se buscar alternativas próprias para o desenvolvimento e a constatação de que muitas vezes os países desenvolvidos tentam “chutar a escada” dos países não desenvolvidos, tentando aplicar a eles políticas e instituições que eles mesmos não utilizaram, não pode ser um fato que restrinja o reconhecimento de que existem práticas internacionais que podem ser aplicadas localmente em benefício de suas populações (STIGLITZ, 1999, p.3).

Cabe, dessa forma, aos países não desenvolvidos e ex-colônias, em seu caminho de busca de uma mais verdadeira autonomia, utilizar das experiências externas, adaptando-as aos contextos internos, pois só assim elas podem trazer resultados proveitosos para os países que as aplicarem.

Nesse ponto concordamos com Stiglitz (1999, p. 9):

Mais se é necessário em um contexto de desenvolvimento, no qual o que está envolvido é o “aprendizado social” e a adaptação: não é apenas uma questão de ser “aberto” ou “fechado” a conhecimentos de fora; é uma questão de ser aberto ao conhecimento de fora de maneira que seja reafirmada a própria autonomia (em livre tradução).

Assim se a ocidentalização e o Ocidente:

[...] não é mais a *presença real* de um poder humilhante por sua brutalidade e sua arrogância. Ela se apóia nos poderes simbólicos cuja dominação abstrata é mais insidiosa, mas por isso mesmo menos contestável. Esses novos agentes da dominação são a ciência, a técnica, a economia e o imaginário sobre o qual elas repousam: os valores do progresso (LATOUCHE, 1994, p. 26).

Cabe aos países que sofreram todo o processo de dominação e perda de autonomia, utilizar das mesmas táticas usadas em seu processo de descolonização, ou seja, usar os próprios padrões culturais ocidentais (como a imprensa, os meios de comunicação, os valores de auto-governo), para se libertarem. Se, em um primeiro momento, essa libertação não veio acompanhada da completa autonomia hoje ela se torna possível, e uma de suas formas é reconhecer as práticas internacionais que deram certo e, não simplesmente transplantá-las localmente, mas sim, as adaptar de modo a melhor servir ao desenvolvimento de cada país.

## Referências

CHANG, H. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Tradução de Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2004.

FALCON, F. J. C. O capitalismo unifica o mundo. In: FILHO REIS, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (Org.) *O século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 1.

HOBBSBAWM, E. *Era dos extremos: o breve século XXI (1914-1991)*. Tradução de Marcos Santarrita. 2. ed. 22. reimp. São Paulo: Companhia da Letras.

LATOUCHE, S. *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. Petrópolis: Vozes, 1994.

RIBEIRO, D. *As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

STIGLITZ, J. *Scan globally, reinvent locally: knowledge infrastructure and the localization of knowledge*. Bonn: First Global Network Conference, 1999.

---

**ARTIGO RECEBIDO EM 2007**